



MEMÓRIAS DA DOR: o patrimônio sensível da pandemia

Jamile Borges da Silva¹

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre a criação dos novos memoriais e obituários digitais para preservar e contar a história das pessoas que foram vítimas do coronavírus e os aspectos políticos e culturais desses projetos de patrimonialização do luto.

Palavras-chave: pandemia; memória; tecnologia

ABSTRACT: This article claim to reflect on the creation of new digital memorials and obituaries to preserve and tell the stories of those who were victims of the coronavirus and the political and cultural aspects of these heritage projects

Keywords: pandemic; memory; technology

RESUMEN: Este artículo pretende reflexionar sobre la creación de nuevos memoriales y obituarios digitales para preservar y contar las historias de las víctimas del coronavirus y los aspectos políticos y culturales de estos proyectos patrimoniales

Palabras-clave: pandemia; memoria; tecnología

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia. Dra. em Estudos Étnicos e Africanos/UFBA. Professora do Mestrado Profissional em Educação/UFBA.

Introdução

Em editorial publicado no prestigiado periódico *New Left Review*, Susan Watkins (2020) nos interrogava sobre quais podem ser as sequelas políticas da crise do coronavírus e como poderemos esboçar um futuro, oferecer uma alternativa, advertindo que a pandemia deixou a descoberto a demagogia e incompetência dos populistas. Para Watkins, refletir historicamente sobre os impactos da pandemia significa pensar também sobre os modos como nos posicionamos dentro dela.

Este é, portanto, um artigo-dispositivo, uma estratégia, tentativa de me posicionar em meio ao caos e às inúmeras transformações e acelerações que a pandemia provocou, estimulou ou induziu. Mais especificamente, quero pensar sobre como os intelectuais, museólogos, antropólogos e curadores que trabalham com a memória estão reagindo (ou poderão reagir) face ao aumento exponencial de óbitos provocados pelo vírus e pela ineficácia política na gestão da pandemia, do ponto de vista do trato com as memórias dessa geração e como narrar o patrimônio sensível da dor e do luto.

A rigor, este não é um trabalho sobre o conceito de memória ou sobre que memórias merecem ser ‘preservadas’ como nos velhos e ainda presentes museus coloniais e bibliotecas construídas por grandes fortunas herdeiras do legado da colonialidade. Minha intenção é refletir sobre os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e fabricação das memórias atravessadas pelas singularidades constitutivas de uma pandemia em escala global.

Longe de esgotar a reflexão sobre as interfaces entre memória, antropologia e biopolítica, minha ideia é propor um conjunto de ferramentas analíticas para compreender a disputa por memórias e as formas através das quais as instituições e lugares de memória ou mesmo os nascentes “museus da pandemia” estão se propondo a contar, expografar, narrar, resemantizar a história e o legado de populações vitimadas pela pandemia e como esse patrimônio sensível da dor e do luto podem servir como arena de luta política e cultural.

Falar das memórias e histórias das pessoas tragicamente vitimadas pelo coronavírus parece se enquadrar naquilo a que Rancière (2009)² chamou de partilha do sensível e que,

²RANCIERE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política, Editora 34, 2009.

no campo das reflexões da museologia, chamamos também de “patrimônio sensível”, isto é, um modo ético de lidar com as memórias daqueles que foram submetidos a dores e perdas irreparáveis, eventos traumáticos e dolorosos.

Este é também um texto-manifesto para tornar inteligível a experiência sensível de memorializar o luto de um tempo. Patrimonializar o *ethos* da morte. Rememorar e entender as nossas dores e perdas individuais e coletivas, especialmente quando essas dores resultam no patrimônio sensível de uma época. Para nós, intelectuais e gestores da memória e do patrimônio, será preciso respeitar a originalidade do sofrimento sem apaziguá-lo, como lembra Didi-Huberman (2015).

Sabemos que toda memória é objeto de permanente negociação. Toda memória histórica é uma arena, um *locus* de disputas políticas e de múltiplas agendas, haja vista toda a discussão em torno de memórias que merecem ou não ser contadas. Pensar nesses ‘lugares de memória’ quando a gente trata de memoriais para homenagear, rememorar vítimas de uma pandemia, exige de nós um exercício e um compromisso em entender os mecanismos através dos quais têm se produzido dispositivos sociotécnicos e museais para evitar o apagamento e silenciamento dessas histórias.

Singularidades Pandêmicas

O antropólogo Jean Segata (2020) tem nos advertido que surtos, epidemias e pandemias não são apenas retrato de tendências epidemiológicas, mas precisam ser lidos como eventos críticos que expõem estruturas de sofrimento, injustiça e desigualdade. Segundo o autor, esses eventos

reordenam relações e moralidades e também produzem sujeitos, subjetividades e novas políticas de coexistência. Temos vivido isso com o novo coronavírus. Ele tem posto em relevo as muitas faces e os muitos custos daquilo que Bruno Latour (2020) chamou de “uma profunda mutação em nossa relação com o mundo”. Não se trata apenas da agudeza avassaladora da doença que o vírus pode provocar, a Covid-19. Trata-se do modo como a pandemia evidencia muitas camadas de vulnerabilidade. Elas se acumulam nas situações de desigualdade de acesso a serviços de saúde e de proteção social. Na fragilização do cuidado de si e do coletivo em face de incontáveis problemas socioeconômicos como a precarização do trabalho e o desemprego. (SEGATA, 2020, p.277)

Quando em janeiro de 2020, a notícia de que um vírus na China estava causando mortes por síndrome respiratória, do lado de cá do oceano, respirávamos um ar politicamente denso e uma névoa obscurecia nosso horizonte num país recém saído de um golpe que depôs uma presidenta eleita democraticamente em 2016 e que entrava no segundo ano de governo de um grupo que seguia anunciando o desmonte do Estado e de políticas públicas de promoção social e ascensão econômica para as classes C e D.

O cenário, portanto, não era favorável ao enfrentamento de uma pandemia – estávamos ainda buscando caminhos para conter as epidemias de zika, dengue e chikungunya que causaram estragos generalizados em parcelas mais pobres da população, problemas de má formação fetal em inúmeras crianças e óbitos resultantes de um combo que somou a ausência de investimentos na rede pública de saúde, o dismantelo de programas como o Mais Médicos, farmácia popular e a progressiva desidratação de programas de transferência de renda iniciados nos governos anteriores.

A antropóloga Debora Diniz (2020) tem dito que a pandemia do coronavírus parece *uma atualização das aulas de Michel Foucault sobre biopolítica, segurança e territórios*. Os governos produzem regimes de controle e vigilância dos corpos em nome de ‘políticas da vida’, isto é, articulam e elaboram sofisticadas maneiras de definir quem vive e quem morre em meio à explosão de uma crise sanitária de proporções épicas.

Há, no caso das epidemias e pandemias, singularidades epidemiológicas, culturais e políticas que vão além das questões de ordem microbiológica. Trata-se cada vez mais de discutir sobre o patrimônio biopolítico do país e os seus legados para as futuras gerações, do que descobrir qual teoria conspiracionista tem a razão sobre a origem do vírus.

Assim foi com a epidemia de zika vírus. Com zika, no entanto, o pânico global foi ligeiro, pois logo se compreendeu que o risco à doença estava confinado aos países tropicais. E por que o rápido silenciamento sobre o zika? Porque toda biopolítica se converte em uma necropolítica quando os regimes de desigualdade determinam quais corpos vivem o risco. (DINIZ, 2020, s/p)³

E esses regimes de desigualdade se afirmam cotidianamente num país que se acostumou a registrar óbitos de populações pretas e pardas com a mesma casualidade com

³DINIZ, D. A necropolítica das epidemias. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-09/a-necropolitica-das-epidemias.html>. Acesso em: 09 mar.2020.

que trata os apelos publicitários nas pautas dos jornais. Para além das constatações estatísticas de que as instituições carcerárias e o sistema punitivo põem um alvo sobre as nossas costas, a pandemia acelerou, aprofundou e revelou o tratamento desigual dado aos diferentes estratos da sociedade brasileira.

Não se trata somente de poder ou não poder pagar um plano de saúde privado. Trata-se de um complexo sistema, montado como uma arena, em que narrativas oficiais, oficiosas, jornalísticas e acadêmicas disputam um lugar ao sol pelo direito a dizer como enfrentar e combater a pandemia de COVID-19.

São muitas as formas através das quais temos tentado apreender a cena contemporânea. As epidemias deixaram de ser um problema de epidemiologistas e sanitaristas e passaram a ser uma chave analítica para entender a sociedade em que vivemos. Antropólogos, historiadores, filósofos vêm tentando exaustivamente responder aos desafios políticos e epistemológicos que uma crise sanitária dessa proporção nos coloca.

A pandemia também fez emergir um conjunto de categorias e modos de interpretar a realidade que colocam em xeque premissas da antropologia, nos obrigando a criar novas cartografias epistemológicas e dispositivos etnográficos para apreender seus esquemas de disseminação, contágio e seus impactos em diferentes campos da vida social.

Nesse léxico próprio, palavras como horizonte e utopia definitivamente entraram em desuso por absoluto colapso civilizacional. Se as medidas restritivas não têm funcionado como esperado para impedir o *spread*, avanço do contágio, infelizmente declina a crença de parcela da população na ciência e no papel de instituições da mais alta seriedade - Fiocruz, Butantã, universidades públicas e seus centros de pesquisa - cuja credibilidade foi colocada em xeque por um governo negacionista e lançada em uma das muitas valas desse país, abertas para enterrar corpos, projetos, histórias e sonhos à espera de um plano nacional de imunização que nunca chega.

Expressões como leviatã sanitário, colapso funerário, legado epidemiológico, apartheid sanitário, necrochorume, inteligências epidêmicas, medidas de contenção, *lockdown*, imunização de rebanho, ganham ares de “normalidade” num tempo em que as pessoas se acostumaram com o *ethos* da morte e a contabilizar perdas humanas como mais um ‘bloco do jornalismo’ nas pautas diárias do mercado televisivo, ao passo em que tentam compreender os gráficos da maior tragédia sanitária e política que esse país já presenciou.

Desde a época colonial, prospectar e reprimir epidemias têm constituído uma bem elaborada tecnologia de governo, aquilo a que o antropólogo J. Segata chamou de ‘mosquitocentrismo’, uma narrativa usada para sustentar discursos e práticas de controle, vigilância e aparelhamento do estado.

Produziu-se uma narrativa, junto com um léxico próprio desse fenômeno, assumindo a universalidade do vírus – em virtude de seu mecanismo de contágio – com a padronização de seus efeitos e sintomas, produzindo uma espécie de guia dos conhecimentos locais sobre as respostas ao coronavírus, a despeito daquilo a que chamei anteriormente de ‘singularidades epidêmicas’. De acordo com Segata (2020), quando uma doença como a Covid-19 se espalha, ela leva consigo a sua ciência e suas técnicas.

Ela transpõe métricas locais, estatísticas e ações, e isso pode provocar inúmeros equívocos. Os números podem ser universais, mas os fenômenos e experiências que eles descrevem não são. Hoje, a Covid-19 é uma doença em escala global, mas isso não faz dela um fenômeno universal e a antropologia e as Ciências Sociais são imprescindíveis neste momento para pensar de forma situada os seus efeitos. (SEGATA, 2020 s/p).⁴

Por entender o papel central que os intelectuais têm como tradutores e intérpretes desse cenário, é que me proponho a pensar sobre os efeitos da pandemia nos processos de registro e memorialização da dor e do luto daqueles que perderam seus entes mais queridos.

Memória e Consciência

Desde os anos 1990, tem ganhado corpo uma ideia particularmente útil para essa reflexão a que me proponho: a ideia de espaço, lugares, sítios para a preservação de memórias, histórias e acervos que envolvem e articulam os temas do patrimônio e dos direitos humanos: os chamados “sítios de consciência” (*Sites of Conscience*). Os “sítios de consciência” podem ser definidos como lugares de memória que buscam engajar a sociedade civil, o público e o Estado em projetos que estabeleçam a crítica, o debate e a reflexão sobre questões centrais para a promoção de justiça social, etnicorracial e

⁴SEGATA, J. Covid-19: escalas da pandemia e escalas da antropologia. <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/covid-19-escalas-da-pandemia-e-escalas-da-antropologia>

epistêmica, tomando em consideração a cultura dos direitos humanos como lastro para essa empreitada.

Segundo o documento institucional que orienta o trabalho de um desses grupos, a missão do projeto está assim definida: “nós somos pessoas, sítios e iniciativas que ativam o poder dos lugares de memória para engajar o público na conexão do passado e do presente, a fim de prever e moldar um futuro mais justo e humano.”⁵

A Coalizão Internacional de Sítios de Consciência é uma rede mundial de “Sítios de Consciência” - locais históricos, museus e iniciativas dedicadas a lembrar as lutas do passado, e enfrentar seus legados contemporâneos. Sítios de consciência, como o Museu *Lower East Side Tenement* nos Estados Unidos, o Museu do Gulag na Rússia e o Museu *District Six* na África do Sul, ativam o poder dos lugares da memória para contagiar o público com uma compreensão mais profunda do passado e inspirar a ação de moldar um futuro mais justo. (NAIDU, 2008, p.07)⁶

O mundo que se desenhou na chamada modernidade, especialmente após as duas grandes guerras e o longo e tumultuado processo que culminou na independência dos países africanos até final dos anos 1970, foi marcado por violações de direitos humanos e também por tentativas de parcela da sociedade civil em tentar se reconciliar com o passado.

A proposta desses sítios é de se afirmar como espaços seguros para lembrar e preservar essas memórias, especialmente daquelas pessoas sobreviventes de atrocidades e conflitos, desastres naturais ou provocados, para que suas histórias permaneçam uma vez que estejam superados os conflitos, como uma forma de produzir reparação histórica e justiça racial, social e epistêmica.

Os memoriais da pandemia têm se configurado para nós, como pesquisadores/pesquisadoras interessados/as no difícil trabalho de organizar a memória social e coletiva, uma tarefa instigante. Cabe, assim como o já o fez Ulpiano de Menezes (1998): quando sinalizava que uma vez superado o dilema entre relíquia (objeto histórico) versus artefato (objeto atravessado pela teia de relações simbólicas internas e externas ao museu), interrogar que alternativa cabe a esses lugares de memória, aos museus, nesses

⁵<https://www.sitesofconscience.org/>

⁶Naidu, Ereshnee. **Da memória à ação: Um Kit de Ferramentas para Memorialização em Sociedades Pós-Conflito**. Ministério da Justiça / Comissão de Anistia (Brasil) Coordenação: Paulo Abrão & Marcelo D. Torelly. 2008, 44p.

casos específicos, aos museus digitais e obituários virtuais da pandemia enquanto lugares para a reinvenção das narrativas sobre as memórias e histórias das pessoas que perdemos?

Será preciso abandonar a noção de senso comum que define museu e lugares de memória como conjunto de coleções delimitadas e hierarquizadas, para uma nova ideia, de um espaço impreciso e complexo, atravessado por múltiplos agenciamentos e dispositivos.

Brulon (2020)⁷ lembra que os museus foram criados na época moderna e ligados à soberania do Estado, como instrumentos de um poder sobre a vida (uma biopolítica, no termo usado por Foucault), atuando sobre a gestão política e econômica da existência humana e ao mesmo tempo moldando a vida ao lhe dar sentido em sua invenção coletiva. *Em sua função biopolítica, os museus também servem ao luto, na medida em que nos ajudam a valorizar a vida e a acomodar os restos deixados pelos mortos – em seu sentido material e simbólico.*

Eu quero refletir sobre as disputas por memória que estão encarnadas nas novas políticas de escrita e registro memorialístico que vem se desenrolando em todo o mundo, sobretudo, a partir das noções de doação digital, *copyright*, *copyleft*, estímulo à criação de incontáveis plataformas de museus digitais que supõem uma outra poética para lidar com uma nova política arquivística e discursiva em nome da memória e do patrimônio da humanidade.

Para tal, será forçoso sair das velhas práticas canônicas de exposições coloniais, de coleta através de espólio, roubos, expropriação da produção cultural de diferentes grupos para chegar ao que se postula hoje na perspectiva de uma nova museologia social de “coleta do presente” como um desafio que se põe a todos que estão envolvidos com a área da patrimonialização e da cultura, especialmente em sociedades pós-coloniais e pós-independência.

A nova museologia social tem argumentado em favor da afirmação dos sítios de memória como lugares para que se proponham outras estratégias de preservação,

⁷BRULON, B. **Museus pandêmicos: apontamentos a partir de uma museologia do luto.** Acesso em: 18 de maio de 2020. Dia Internacional dos Museus. Disponível em: <https://revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2020/8487-museus-pandemicos-apontamentos-a-partir-de-uma-museologia-do-luto.html>

representação, conservação e exposição dos artefatos e seus representantes digitais. Mais que isso, que sejam lugares para a crítica a esses mesmos artefatos e ao discurso produzido sobre eles.

Não é novidade que os museus são herdeiros da prática de sequestro dos antigos tesouros, das catedrais e dos palácios, e ainda, dos gabinetes de curiosidades. É fato conhecido também que todos os impérios coloniais durante seu projeto de expansão e domínio produziram barbárie, causaram, em muitos casos, genocídios (Congo, Haiti, Argélia, Abissínia, Etiópia, etc.) e promoveram saques, roubos e destruição de arte, bens culturais, livros, assim como promoveu o epistemicídio de distintos grupos étnicos. Inúmeros objetos foram pilhados pelas várias expedições de Marcel Griaule e Henri Labouret na África, por exemplo, e que resultaram no grandioso acervo do *Musée de l'Homme* em Paris, causando o apagamento de traços e vestígios da história desses povos. Aliás, Walter Benjamin (1986) chega a afirmar que *“não existe um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie”*.

O roubo despudorado de objetos – no caso dos países africanos, a ênfase em elementos exóticos que demarcavam o lugar do Outro, diferente, bestializado, desalmado –, funcionou muito bem alimentando a tensão etnológica entre natureza e cultura, civilizados e selvagens, colonizadores e colonizados, o que ajudou a construir alguns dos mitos fundadores da antropologia (SILVA, 2019a)

Após anos de missões etnográficas, viagens patrocinadas por impérios coloniais, museus reconstruídos e memórias reabilitadas – por exemplo, a devolução dos restos mortais de Saartje Baartman⁸ feita por Nelson Mandela. Depois do fim do "apartheid" em 1991, uma das primeiras reivindicações da etnia khoi-khoi a Nelson Mandela foi o regresso à África do Sul dos restos mortais de Saartje Baartman - , inúmeras questões se colocaram em perspectiva: a quem pertencem os objetos, artefatos e coleções expostos nos museus espalhados ao redor do mundo? O que pode ser caracterizado como patrimônio “da humanidade”? O que fazer com os constantes pedidos de repatriação de restos mortais que estão nos acervos dos museus? O que significa hoje em dia falar de autenticidade e

⁸Depois do fim do "apartheid" em 1991, uma das primeiras reivindicações da etnia khoi-khoi a Nelson Mandela foi o regresso à África do Sul dos restos mortais de Saartje Baartman. O presidente sul-africano falou do assunto, em 1994, com o então presidente francês François Mitterrand que se opôs às reivindicações sul-africanas usando o argumento da "inalienabilidade" das coleções nacionais. Em 2004, entretanto, o parlamento acabou por aprovar a devolução da *Vénus hotentote* como ficou conhecida

direito à propriedade sobre as peças, fragmentos, narrativas e representações da alteridade traduzidos pelos objetos nestas instituições? (SILVA, 2019b)

Ao estabelecer sítios de memória para preservação e difusão de acervos e memoriais como esses, resultantes de conflitos, desastres e crises sanitárias letais como a que vivemos agora, há sempre um tensionamento entre o que lembrar e o que esquecer ou apagar. Nosso desafio é interrogar sobre como usar os memoriais da pandemia, esse patrimônio sensível da dor e do luto não somente para celebrar a vida vivida dessas pessoas que partiram, mas também para levantar questões atinentes à justiça social.

Memórias do luto: um patrimônio sensível

Nomear, lembrar, esquecer é um ciclo que se repete em todas as sociedades, mesmo as sociedades ágrafas tinham forma de nomear as coisas, de registrar e também de silenciar.

2020 já se configura em nosso imaginário pessoal e coletivo como um ano pra esquecer. Ou seria para lembrar e não permitir que se repita como dizia G. Santayana?

O filósofo Paul Ricoeur (2007) adverte pra gente que a memória está quase sempre no singular, como capacidade e como efetuação, enquanto as lembranças estão no plural: temos lembranças. Nesse sentido, diz ele que *as lembranças podem ser tratadas como formas discretas com margens mais ou menos precisas, que se destacam contra aquilo que poderíamos chamar de um fundo memorial* (p. 41)

Nossas lembranças do tempo presente estão sendo articuladas em uma arena de luta em que jogadores se enfrentam de modo desigual e assimétrico: de um lado, os agentes do Estado e sua necropolítica e, de outro lado, as pessoas abandonadas à sua própria sorte, enterradas como indigentes, em valas abertas sem a presença dos seus amores, afetos e amigos, restando a elas nosso dever com a memória.

A proposta desse artigo é interrogar e entender a geometria e a geopolítica dessas memórias produzidas, narradas e reinventadas em obituários digitais e memoriais do luto.

A socióloga argentina, Elizabeth Jelin (2002), responsável por coordenar o projeto

sobre as memórias da repressão naquele país⁹ diz que é preciso falar de ‘memórias’(no plural), compreendê-las como uma construção discursiva, cheias de lacunas, rasuras e omissões compreendendo a narrativa, a maneira através da qual cada pessoa constrói um sentido do passado - uma memória que se expressa em uma história,

Em primeiro lugar, é preciso entender as memórias como processos subjetivos, ancoradas em experiências e marcas simbólicas e materiais. Em segundo lugar, reconhecer memórias como um objeto de disputas, conflitos e lutas, sempre marcados por relações de poder. Historicizar as memórias, reconhecer que existem mudanças históricas no sentido do passado, assim como no lugar atribuído às memórias em diferentes sociedades, clima, espaços culturais, de lutas políticas e ideológicas. (JELIN, 2002 p. 27)

Castriota (2019) diz que durante muito tempo a preservação do patrimônio esteve relacionada à comemoração de uma memória nacional grandiloquente e engendrada pelos governantes e órgãos públicos, reforçando e privilegiando narrativas oficiais sobre o passado. Não havia, portanto, lugar para aqueles elementos que relacionassem a tragédia, a opressão, a dor e a vergonha aos seus fundadores, ao contrário, a miséria humana da escravidão foi celebrada em exposições que contaram a história do tráfico humano como um grande empreendimento colonial de homens aventureiros e corajosos.

Todavia, esse cenário vem se modificando em face aos desdobramentos intelectuais e aos investimentos teóricos que o campo da museologia tem promovido. Assim, assistimos a multiplicação e criação de sítios de memória em nível internacional e nacional para retratar, descrever, narrar, expor e celebrar o que ficou conhecido como “patrimônio da dor” ou “patrimônio difícil”. Tomemos como exemplos a Ilha de Gorée, no Senegal - listada em 1978 pela Unesco como Patrimônio da Humanidade, status que também foi conferido à Catedral da Bomba Atômica de Hiroshima e aos campos de Auschwitz-Birkenau em 1997. Em 1999, vai ser a vez de Robben Island, local da prisão de Nelson Mandela. No Brasil, em 2017, o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, se torna o 21º sítio brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, hoje considerado lugar de patrimônio sensível por contar parte importante da história do tráfico atlântico e da escravização de povos africanos.

Esses lugares são a descrição de “sítios históricos sensíveis”. Lugares que evocam a

⁹ Jelin, Elizabeth. Pesquisadora e diretora acadêmica do Programa *Memoria Colectiva y Represion*, BA/Argentina, apoiado pelo Social Science Research Council (SSRC) para o Cone Sul.

memória de eventos traumáticos e dolorosos tanto quanto a memória e as lembranças que vêm se produzindo a partir da pandemia de coronavírus.

Prochnow (2020) e Trigo (2007) propõem investigar a memória por detrás de acontecimentos traumáticos, dolorosos, sensíveis, através das categorias de memória instrumental e memória cultural. A memória instrumental estaria a serviço do poder e do estado, enquanto a memória cultural trabalha de forma não-acumulativa, ou seja, são memórias articuladas a experiências e acontecimentos, cuja função na vida da comunidade não é falar do passado, mas dar continuidade ao processo de construção permanente de identidades e ideias compartilhadas pelo coletivo.

Por exemplo, ao privilegiar as histórias dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, esses memoriais do luto e da dor ressaltam a importância de memórias subterrâneas opondo-se às memórias oficiais narradas pelo Estado. Essas memórias subterrâneas produzem um trabalho de subversão do silêncio e das tentativas de apagamento de nossos corpos.

Dor real, obituário virtual

Ainda em 2020, no início do que entenderíamos por uma pandemia em escala planetária, um periódico norte-americano publicou um artigo com a seguinte chamada: *Coronavírus está estimulando uma nova era de funerais digitais (Coronavirus Is Spurring a New Era of Digital Funerals)*¹⁰. O artigo fazia referência ao fato de que na China, naquele ano, em uma tentativa de impedir que as pessoas fossem aos cemitérios velar seus mortos e, portanto, impedir a disseminação do vírus, vários cemitérios passaram a oferecer serviços de obituários virtuais ao preço de *algumas flores frescas e centenas de yuans*, moeda local.

Também nos EUA, o serviço de controle e prevenção de doenças (CDC) pediu a população que evitasse participar de enterros – diretiva que se espalhou pelo mundo – apelando aos cidadãos que fizessem uso de cerimônias através de vídeo ou sistemas de

¹⁰CUMMINS, Eleanor. MEDIUM, 23 de março de 2020. <https://onezero.medium.com/coronavirus-is-spurring-a-new-era-of-digital-funerals-45e728899eaf>

funerárias virtuais, o que estimulou o aparecimento de *startups*¹¹ para oferecer serviços de obituários virtuais. Bryant Hightower, presidente da *National Funeral Directors Association* nos EUA, diz que uma em cada cinco funerárias existentes hoje naquele país, já faz uso desse sistema.

Listo a seguir, algumas dessas experiências em cinco contextos distintos: Guatemala, Equador, Espanha, Estados Unidos e Brasil.

Guatemala

Descrição: *Publicamos este obituario en el Día de Todos los Santos 2020 como un homenaje a los más de 3,500 (até a data da criação do portal) guatemaltecos fallecidos hasta el momento por el covid-19.*

Figura 1



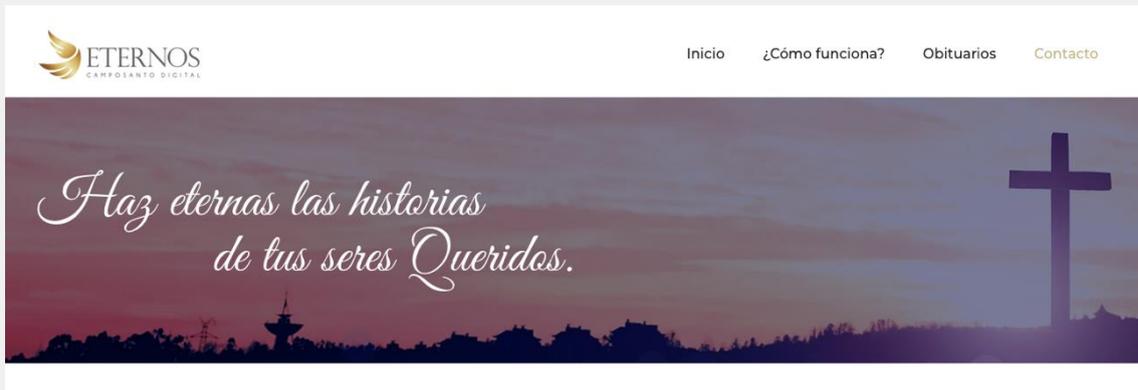
Fonte: <https://mural.prensalibre.com/homenaje-fallecidos-coronavirus-guatemala/>

Equador

Descrição: *ETERNOS.ec es un espacio creado para rendirles homenaje.*

¹¹Startups são empresas em fase inicial, geralmente acolhidas por incubadoras, utilizando tecnologias e ecossistemas digitais para suas operações.

Figura 2



Fonte: <https://eternos.ec>

Espanha

Descrição: *'In memoriam' es un espacio gratuito en EL ESPAÑOL para rendir tributo a familiares y amigos fallecidos la Covid-19.*

Figura 3



Fontes: <https://www.elespanol.com/sociedad/memorial-coronavirus/>

Estados Unidos da América

Descrição: *a Digital Memorial To Oklahomans Who Died From COVID-19. More than 8,000 Oklahomans have died from the COVID-19 pandemic that has swept the state, country and world in just over a year. Behind each death, there is a face, a story and loved ones left behind.*

Figura 4



Fonte: <https://oklahomawatch.org/oklahoma-covid-legacy-project/>

Brasil

Inumeráveis

Figura 5



Fonte: <https://inumeraveis.com.br/>

Já se disse que o Brasil é um país sem memória e que os museus não têm futuro garantido dado os poucos investimentos no âmbito das políticas públicas, ainda que esse cenário venha gradativamente se modificando nos últimos anos como podemos ver nos dados do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM¹² sinalizando que existem hoje no Brasil

¹² Para mais informações acesse: <http://museus.cultura.gov.br/> IBRAM

mais de 2.600 museus mapeados e cadastrados.

Os já conhecidos e sofisticados museus históricos, coloniais ou mesmo alguns museus contemporâneos, ainda retratam a complicada condição de um espaço fechado onde, segundo se efetuam duas operações de sentido contrário: o esquecimento, que, longe de ser um fenômeno passivo, é um dispositivo de luta contra o passado, e o vestígio, que é o retorno do esquecido, ou seja, uma ação desse passado daqui em diante forçado ao disfarce. O passado, como o fantasma de Hamlet, assombra o presente. *A história é “canibal”*.

Talvez, uma atitude mais radical e emancipadora seja, em lugar dos constantes exercícios epistemológicos e metodológicos para interrogar o passado de dentro dos museus, refletir sobre a nossa relação com a coleta do presente, suas contradições e descontinuidades, promovendo o inventário dos lugares, numa estratégia geopolítica mais condizente com uma atitude crítica em relação ao nosso papel como intelectuais na produção e representação da memória individual e coletiva.

Estou convicta de que, no século XXI, os lugares de memória não podem ser espaços anacrônicos e nostálgicos, receosos de se contaminarem com o vírus da sociedade contemporânea. Modelos como os Museus Comunitários/ *neighbourhood museums* a exemplo do Anacostia em Washington, até os chamados eco-museus trouxeram notável renovação no campo geral da museologia, devendo se constituir como extraordinária via de conhecimento e exame dessa mesma sociedade.

A modernidade tardia nos permitiu pensar o patrimônio como espaço de articulação entre as pequenas singularidades (indivíduos, culturas locais e vizinhança) e as múltiplas instâncias de representação articuladas sob a forma de organismos oficiais.

É preciso admitir que o termo Museu, nos dias de hoje, vem sendo utilizado de modo indiscriminado¹³ para representar/significar elementos de um conjunto disforme, confuso e heterogêneo formado por milhares de instituições espalhadas mundo afora. Em

¹³**Tome-se como exemplo *O Museu da Inocência* saído das páginas de um livro para um endereço real. *O Museu da Inocência* é certamente inusitado e dá título ao livro escrito pelo turco Orhan Pamuk (vencedor do Prêmio Nobel da Literatura em 2006). A história se passa na Turquia dos anos 1970 e conta a história de Kemal, homem comprometido de 30 anos que se apaixona pela jovem Fusun e que depois de um affair desenvolve uma obsessão pela jovem. Daí, seu protagonista organiza um melancólico museu de objetos que remetem à imagem da sua amada. Ali constam **relógios, televisores, colheres, roupas e outros pequenos objetos do período em que se passa a história e que fazem parte também do acervo do museu da vida real**, localizado perto da praça Tazkim, região onde se desenrola a história, e inaugurado pelo autor em abril de 2012.**

geral, não possuem acervos próprios, não contam com um corpo técnico de profissionais, tampouco têm acompanhado ou refletido acerca dos grandes temas e demandas da museologia contemporânea.

A perspectiva conservadora e canônica de Museu que separa público e acervos como entidades separadas por vitrines de vidro tende cada vez mais a se dissolver. Para romper este abismo entre o público e as coleções, será preciso induzir, produzir formas diferenciadas de ações e políticas patrimoniais e museais recorrendo, sobretudo, às inovações tecnológicas, sem perder de vista a função social, histórica e política dos museus.

Nunca se criou tantos sítios de consciência e lugares de memória como o que se assiste hoje em todo o mundo, e também no Brasil na era da pandemia de COVID-19. O que torna essa reflexão ainda mais interessante em virtude da relação ainda problemática entre custos, investimento público, ausência de uma política patrimonial clara no âmbito federal e baixo investimento em manutenção e conservação dos equipamentos museais já existentes e consolidados.

É nesse cenário que se reconfiguram os obituários e memoriais digitais. Eles representam a possibilidade de desenhar uma nova cartografia do tempo presente em sua nova territorialidade, virtualidade e interatividade, suas políticas e práticas enquanto expressão de novas formas de coleta do tempo passado e presente. Esse tempo que habitamos fez emergir uma nova arquitetura de sítios de memória, novas políticas de exibição e, junto com elas, a criação da figura do curador que, de guardião de acervos de artefatos e obras, passa a ser progressivamente um curador e mobilizador de histórias pessoais e coletivas.

Os memoriais do luto e das perdas, tonam-se, assim, espaço de trânsito, de encontros virtuais, de celebração e afirmação de passados, memórias e desejo de futuro. E também, cenário para ação didática, incentivando a partilha de narrativas sobre como vivemos nosso tempo e como desejamos ser lembrados/lembradas em nossos pertencimentos, identidades e afetos.

Esse é, sem sombra de dúvida, um desafio e uma aposta na possibilidade de legar às futuras gerações, grande parte da produção intelectual e material de nosso tempo.

Ribeiro, A e Ribeiro, M (2016) nos interroga sobre que tipo de memória poderia emergir de um tempo tão controverso como aquele dos portugueses em África em tempos coloniais? Eu me permito parafrasear os autores e perguntar: que memória poderá ser

contada sobre um tempo tão controverso e complexo como esse que vivemos, assolados, devastados por uma pandemia?

Nesses lugares para ritualizar o luto em modo digital, as memórias se erigem mais a partir do silêncio, que das palavras já ditas; memórias que resultam de fragmentos de narrativas reunidas a partir de testemunhos de amigos, colegas de trabalhos, familiares, pessoas indignadas com o modo como nossa geração está lidando com as múltiplas agendas da sustentabilidade, do desenvolvimento responsável, da educação inclusiva, do respeito a convivência multiespécies; memoriais feitos de lacunas e interrogações, amparadas na experiência traumática de quem perdeu os pais, filhos e filhas, avós, amores, sem o direito último de velar e chorar seus mortos.

Benjamin Stora (apud RIBEIRO, A e RIBEIRO, M, 2016) fala de um ‘turbilhão memorial’ que marca este tempo. Tempo do silêncio, tempo do testemunho, tempo do conhecimento e do reconhecimento, tempo das guerras de memórias.

O desafio que se põe agora é: nem sacralizar, nem banalizar nosso tempo. Também não permitir que a ganância do capital em seu afã de monetizar e transformar em souvenir dados, baralhos e pessoas, termine por soterrar ainda mais nossos corpos na areia movediça do neocapitalismo.

Será preciso ainda refletir mais sobre nosso dever de memória para emprestar um sentido ao amanhã. Para fazer justiça com os que se foram e promover a democracia no trato com as memórias de nosso povo, para que elas não sejam mais uma vez deliberadamente apagadas.

Para concluir, eu vou me permitir pensar na dimensão pedagógica da memória, assim como fez Jelin (2002) perguntando: como mirar o futuro, nesse jogo de múltiplos tempos em que o passado se volta para presente e orienta o futuro? Que passado pode nos ajudar a fabricar utopias emancipatórias? Para que futuro? Teremos futuro?

Referências

BENJAMIN, W. **Documentos de cultura. documentos de barbárie : escritos escolhidos.** São Paulo: Cultrix : Editora da Universidade de São Paulo. 1986.

BRULON, B. **Museus pandêmicos: apontamentos a partir de uma museologia do luto.** 18 de maio de 2020. Dia Internacional dos Museus.

<https://revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2020/8487-museus-pandemicos-apontamentos-a-partir-de-uma-museologia-do-luto.html>

CASTRIOTA, Leonardo. Lidando com um patrimônio sensível: o caso de Bento Rodrigues, Mariana MG. Revista **ARQUITEXTOS**. ano 20, jul. 2019 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.23/7423>

DIDI-HUBERMAN, G. **Pensar debruçado**. Imago, 2015

DINIZ, D. A necropolítica das epidemias. **El País**. 09 de março de 2020. <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-09/a-necropolitica-das-epidemias.html>.

DINIZ, D.; BRITO, L. Uma epidemia sem fim: zika e mulheres. In: RIFIOTIS, T.; SEGATA, J. (org.). **Políticasetnográficas no campo da moral**. Porto Alegre: UFRGS, 2020. p. 169-183. Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. Debates Contemporâneos do campo patrimonial/ Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2020.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Siglo veintiuno de Argentina editores. 2002

LOGAN, William; REEVES, Keir (Org.). **Places of Pain and Shame: Dealing with 'Difficult' Heritage**. New York, Routledge, 2009

MENEZES, Ulpiano B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista de Estudos Históricos**, v. 11 n. 21 1998.

PROCHNOW, Lucas Neves. O ato de esquecer, memória e identidade **Fundação Pró-Memória de Indaiatuba Debates Contemporâneos do campo patrimonial/** Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2020.

RANCIERE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**, Editora 34, 2009.

RIBEIRO, António Sousa e RIBEIRO, Margarida Calafate (org). **Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais**, Editora Afrontamento, Porto, Portugal, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SEGATA, J. , Covid-19, biossegurança e antropologia, **Horizontes Antropológicos** 57 | 2020, posto online no dia 13 julho 2020, URL : <http://journals.openedition.org/horizontes/4476>

SILVA, Jamile Borges da. Pensamento 'debruçado' e intelectualidades negras, In **Boletim Observatório da Diversidade Cultural**, 2020, p. 15-22.

SILVA, Jamile Borges da. Museus digitais: desafios e disputa por memórias. In: SANSONE, L. **Lutas por memória em África**. Salvador: EDUFBA 2019a

SILVA, Jamile Borges da. Museus, Memórias e Narrativas. Revista **Museologia & Interdisciplinaridade**, 15, 2019b p. 232-245

TRIGO, Abril. Entre la globalización de la memoria y las memorias de la globalización (Apuntes). In: LORENZANO, Sandra; BUCHENHORST, Ralph. **Políticas de la memoria: tensiones em la palabra y la imagen**. Buenos Aires: Gorla, 2007.

UNESCO. Cais do Valongo é o novo sítio brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. **Unesco**, Brasilia, 09 jul. 2017

WATKINS, Susan. Politics and pandemics. In: **New Left Review**, 125 set/out, 2020, p.01-08.